

## Tolerância:

### Entre o absolutismo e o indiferentismo morais

Marta do Cêu Patrão  
Nettes\*

«Tolerância» é hoje, cada vez mais, a palavra de ordem nas relações pessoais, na organização das sociedades, nos intercâmbios internacionais. Podemos dizer, sem qualquer abuso de linguagem, que actualmente, no mundo pluralista e globalizado que partilhámos, todo o tipo de relações entre «nós e os outros» se pauta pelo que entendemos genericamente por «tolerância», a saber: a aceitação da diferença.

Neste seu sentido maximamente amplo, a tolerância testemunha já o seu afastamento do que designámos em título por «absolutismo» na medida em que este, nas diversas formas que pode assumir, tende invariavelmente a subtrair, a eliminar toda a diferença. Porém, não é óbvio, na significação de «tolerância», que deva manter uma equidistância do que também designámos por «indiferentismo», numa rejeição da «indiferença» proporcional à aceitação da «diferença», quando afinal consideramos (e procuraremos justificar) que a «tolerância» só o será, só se cumprirá, e só manterá a sua legitimidade se a «aceitação da diferença» não resvalar para uma «permissividade absoluta» ou «total indiferença». Parafraseando Aristóteles, é no meio, entre o «absolutismo» e o «indiferentismo» morais, que encontramos a tolerância.

Eis um meio termo difícil num mundo em que o justificado entusiasmo em torno do reconhecimento alargado da

Clarificação do sentido genuíno da «tolerância», explicando o contributo de Locke para a sua aceitação positiva e transformação em ideal moral, até ter sido levada, hoje, enquanto garantia simplista da diferença, para uma perspectiva puramente formal do indiferentismo como absolutismo da tolerância. A tolerância supõe a existência de limites; deve ser, não um valor que suprime os demais valores, mas uma virtude que respeita, mas não tem obrigação de aceitar passivamente, toda a diferença.

\* Professora Catedrática de Ética na Universidade dos Açores.

tolerância como condição mínima para o relacionamento pacífico entre as pessoas e os povos tem conduzido à sua exaltação como valor supremo. Sem dúvida que a importância da tolerância para a construção e manutenção da paz no mundo é inestimável e conduziu as Nações Unidas, muito justamente, a declararem o ano de 1995 como Ano Internacional da Tolerância, repetindo-se o dia 16 de Novembro como o Dia Internacional da Tolerância. Porém, é igualmente verdade que a extensão do domínio em que a tolerância é hoje chamada a intervir e a intensidade com que é reclamada tendem a erodir o que será o seu sentido específico. Por isso consideramos pertinente, para uma mais ampla compreensão da virtude da «tolerância», clarificar o seu sentido genuíno, reconstituir o processo que conduziu à sua inegável valorização, justificar a sua indelével importância e alertar para os perigos da sua hegemonia.

### **Perspectiva histórica sobre a «tolerância»: do domínio religioso, ao político, ao moral**

Numa perspectiva etimológico-conceptual, «tolerância» significa a acção de suportar algo de diferente do que se perfilha, que não se aprecia e com que se não se concorda. Deste modo, a «tolerância» assume primeiramente um sentido negativo na medida em que se reporta inexoravelmente ao que se considera mal ou errado. Apenas se tolera o que se desaprova. O termo em questão descreve assim uma atitude de condescendência em relação ao outro.

É porém, sobretudo, sob uma conotação positiva que a «tolerância» faz história. Reportamo-nos à Modernidade e à célebre *Carta sobre a Tolerância* (1689), de John Locke, que, não sendo então única no seu género, constituiu um marco histórico importante na análise desta questão pelo carácter sistemático da reflexão e clareza da mensagem. Anteriormente, muitos tinham já sido os pensadores que haviam versado esta temática a qual, aliás, passara a ser frequentemente retomada no contexto das convulsões religiosas na Europa no século XVI.

Locke dedica-lhe todo um texto que, traduzido da sua versão latina original para o inglês, vem a conhecer ampla divulgação.

John Locke fundamenta o seu apelo à tolerância no que considera ser a necessária e inevitável separação entre os poderes do Estado e da Igreja. Ele afirmará que Estado e Igreja possuem diferentes domínios de intervenção e desempenham diferentes funções pelo que nenhuma das instituições se deve imiscuir nas competências da outra. Assim sendo, o Estado não se deve pronunciar sobre questões de fé que aliás – acrescentará – apenas interpelam directamente o próprio. A tolerância, a tolerância religiosa que Locke considera, é pois a única atitude racional a ser adoptada pelo Estado e também testemunho fundamental da postura de apreço pela verdade a ser seguida pela Igreja na medida em que apenas cada um pode ser juiz da sua fé.

Numa época marcada por intensas controvérsias religiosas, Locke não só justifica a tolerância sob o ponto de vista teórico, como exigência racional para garantir a liberdade individual, mas apela também à sua prática efectiva como muito conveniente para a paz interna dos Estados. A apologia lockeana da tolerância, sendo originariamente de índole religiosa, vem assim a envolver igualmente a dimensão política na medida em que, referindo-se à aceitação de diferentes práticas religiosas, implica o respeito do Estado por esta diversidade. A partir de então a tolerância é decisivamente tomada numa acepção positiva, reportando-se à coexistência pacífica entre diferentes religiões e à garantia do seu respeito mútuo pelo Estado. Simultaneamente, a problematização da tolerância dá um primeiro passo em direcção ao seu futuro contínuo apelo em todos os domínios de actividade humana, tal como hoje assistimos. Aliás, é na justa medida em que este apelo vai sendo feito que a tolerância se vai igualmente instalando no domínio moral, enquanto ideal a realizar. Todos reconhecemos no epíteto «tolerante» um elogio que procuramos merecer e aceitamos satisfeitos. Ninguém se reclama ou tão-pouco se assume como intolerante e este termo só vem a ser utilizado sob a forma de acusação, se não mesmo de insulto.

## O exercício da «tolerância»

A tolerância, apresentada naquela sua hoje comum acepção holística ou globalizante que cobre todas as esferas de expressão do humano, evidencia duas realidades fundamentais a destacar. Primeiramente, e a nível teórico, a tolerância testemunha a inexistência de uma verdade absoluta e, consequentemente, o mito da sua posse. Já Locke afirmava que, na impossibilidade de alguém alcançar para si a verdade absoluta e porque apenas esse homem poderia ser legitimamente intolerante, a única atitude humana racional era a de ser tolerante. Hoje, em que o desconstrutivismo pós-moderno rompeu definitivamente com todos os devaneios de uma verdade única e total – Natureza, Deus ou Razão – só o pluralismo pode imperar: um pluralismo de pensamentos, de acções e de modos de ser. A afirmação de que quem não possui a verdade absoluta tem de ser tolerante mantém hoje a sua plena actualidade. Compreender-se-á assim também porque é que, no mundo de hoje, a intolerância é mais intensa no domínio religioso em que o absolutismo da fé mais facilmente impera sem uma exigência de justificação. Daí que Hans Kung afirme, no seu *Projecto para uma ética mundial*, de 1990, que a paz mundial só se pode alcançar a partir do diálogo entre as religiões.

Um segundo aspecto a apontar, agora a nível prático, é o da tolerância testemunhar a indelével diversidade entre os homens. É porque as pessoas são diferentes entre si que têm de ser tolerantes para coexistirem pacificamente. E cada um de nós é diferente de todos os outros porque não nos encontramos simplesmente sujeitos a um determinismo natural, mas, em virtude da nossa dimensão espiritual, estamos inevitavelmente empenhados na realização de nós mesmos ao longo da vida, autores do nosso processo mesmo de personalização. A liberdade do homem é fundamento da singularidade de cada pessoa, da diversidade entre os homens e do pluralismo que caracteriza a humanidade, coordenadas em que a tolerância ganha sentido. Torna-se assim evidente que a tolerância

surge do reconhecimento da liberdade como condição mínima de afirmação e realização do humano a qual, por sua vez, se exprime através de um pluralismo crescente. Aliás, podemos acrescentar que a tolerância é não só uma exigência do exercício da liberdade e um produto do pluralismo como também promove o desenvolvimento da liberdade e a expansão do pluralismo, sempre na convicção de que a diversidade de manifestações do humano constitui a própria essência da humanidade. Por isso, a tolerância só tem significado no mundo dos homens.

No universo humano, como no biológico, é a diferença ou a diversidade (respectivamente) que garante o sucesso da vida. A diversidade biológica é condição da sobrevivência de cada uma das espécies e assegura a sustentabilidade da vida na Terra; no mundo humano, é a diferença entre os homens, a sua singularidade, é a diversidade espiritual, o poder da sua criatividade, que justificam a evolução e sucesso humanos e que podem contribuir para a sua preservação, pela capacidade sempre renovada de encontrar novas soluções para os problemas com que se depara. De facto, a diferença é tão inerente ao homem, à pessoa, quanto a tolerância o deve ser à humanidade. (A diferença é tão inerente ao homem no seu processo de personalização, quanto a tolerância o é à humanidade, no seu devir).

Assim sendo, podemos acrescentar que a tolerância, sob uma perspectiva ético-ontológica, é não apenas necessária para a coexistência pacífica entre o eu e o outro mas também rigorosamente indispensável para a afirmação da identidade de ambos e cada um. Sob uma perspectiva bio-ontológica, não é apenas no seio da diferença que toda a identidade se reconhece e afirma, mas é pela diferença mesma que todo o ser é e persiste no seu modo específico de ser pelo que a tolerância desempenha também a este nível um contributo inestimável. A tolerância confirma-se, mais uma vez, como respeito pela diferença, como reconhecimento do outro que só é «outro» pela diferença.

## Da tolerância ao indiferentismo

Os aspectos apresentados justificam e exigem mesmo que a tolerância seja hoje elogiada e promovida como condição *sine qua non* para afirmação, realização e sobrevivência do humano o que, por sua vez, tem conduzido à reivindicação da mesma como valor supremo e mesmo único da nossa contemporaneidade. Tristram Engelhardt, em *Os fundamentos da bioética*, de 1996, diz que a tolerância é a moralidade possível no mundo pós-moderno, secular e pluralista em que nenhum conteúdo moral, isto é, nenhuma normativa concreta, pode reivindicar prevalecer sobre qualquer outra. A tolerância é então perspectivada sob um ponto de vista estritamente formal, enquanto obrigatoriedade de respeitar o outro, obrigatoriedade de respeito mútuo, independentemente do que o outro advoga e pratica. A nossa sociedade é fértil em casos ilustrativos: os que pugnam pela despenalização do aborto ou da eutanásia apelam à tolerância de quantos se opõem a estas formas de actuação; os homossexuais ou prostitutas reivindicam a tolerância dos que desaprovam estas práticas; os fumadores e outros toxicodependentes esperam a tolerância de quantos rejeitam estes hábitos, etc. Segundo o modelo de tolerância de Engelhardt, ainda que não aprovemos algumas ou até todas estas diferentes formas de acção, devemos, por isso mesmo, tolerá-las. Dito de outra forma, devemos consentir na sua prática, abstendo-nos de tomar qualquer iniciativa que as contrarie.

Avança-se assim, muito rapidamente, para o que apontamos como «indiferentismo»: permite-se tudo na obediência à tolerância como valor supremo. E, no entanto, quem tolera tudo, nada tolera. Se, por um lado, a tolerância supõe a desaprovação e se, por outro, se absolutiza a tolerância de forma a não ser moralmente legítimo intervir ou contrariar nada, cai-se irremediavelmente num indiferentismo (individualista). A própria tolerância perde então sentido. Simultânea e paradoxalmente cai-se numa nova forma de absolutismo, o abso-

lutismo da tolerância, quando esta, por essência, nasce da ruptura com todo e qualquer absolutismo. A absolutização da tolerância conduz à sua dissolução. Quais os parâmetros entre os quais se instala então a tolerância?

## Os limites da «tolerância»

É interessante verificar que, se a nível de enunciado se tende a generalizar o exercício da tolerância, na prática efectiva e quotidiana nunca ninguém é tolerante em relação a tudo, mesmo quando todos negam ser intolerantes. Assim, podemos lembrar a título de exemplo que, regra geral, admitimos diferentes crenças religiosas, opções políticas ou convicções morais, mas não qualquer modalidade de acção que enverede no sentido da supressão de qualquer uma ou da sua pluralidade mesma. Não toleramos a hegemonia de uma religião, o totalitarismo de uma tendência política, ou as morais de destruição e de morte. Por isso, após o 11 de Setembro, as comunidades religiosas muçumanas residentes em países democráticos se apressaram a condenar o fanatismo que ordenou o ataque e os países ocidentais quiseram reiterar o seu respeito pelo islamismo, na sua genuína expressão não violenta; por isso, desde há muito se debate o espaço a conceder a partidos políticos ditatoriais (nomeadamente neo-nazis) em países democráticos, não se decidindo pela sua ilegalização generalizada mas procurando garantir a sua moderação (problemática colocada com uma acuidade acrescida com a passagem de Le Pen à segunda volta das eleições presidenciais francesas); por isso, ainda, questionamos as mensagens de racismo e ódio ou de fanatismo e sectarismo veiculadas por alguns grupos musicais jovens ou de alguns «sites» na internet sem recorrer a um processo imediato de censura e procurando educar para a consciencialização dos possíveis efeitos negativos da divulgação deste tipo de informação.

Convivemos com diferentes modelos de relações pessoais, familiares, colectivas, institucionais, mas rejeitamos qualquer

constrangimento no estabelecimento ou manutenção de elos humanos. Não toleramos qualquer tipo de agressão no seio de um relacionamento a dois, nem a violência na família exercida sobre qualquer um dos seus membros, nem o recurso à força na gestão de conflitos ou apenas desentendimentos em comunidades, nem a prepotência de grupos sociais, nem tão pouco a fraude ou engano, a má-fé das instituições e de seus representantes. Ao nível do exercício da nossa cidadania, não consentimos na ausência de assistência aos deficientes ou de escolaridade para as crianças, nem no espalhar de lixo nos espaços públicos ou na destruição do património colectivo. Não toleramos a pedofilia ou o abuso sexual, nem a escravidão ou a tortura, nem o homicídio ou o terrorismo. Seremos então, afinal, intolerantes? Não necessariamente!

O que uma análise mais cuidada sobre a «tolerância» evidencia é que esta se fundamenta numa moral comum, podendo incidir quer sobre o que reúne uma maioria consensual, quer sobre o que lhe é já marginal mas ainda próximo. Mais frequentemente, a tolerância incide sobre as realidades em relação às quais a comunidade se encontra amplamente dividida, excluindo-se do âmbito da tolerância o que é consensualmente reprovado. Os exemplos apresentados reflectem-no sobejamente. De facto, a designada moral comum é já, em grande parte, resultado do exercício da tolerância na medida em que consubstancializa largos consensos obtidos em relação a diversas modalidades de acção. E a tolerância exprime a amplitude que nos concedemos em relação a essas mesmas diversas modalidades de acção. Pode-se pugnar pela independência de um povo, de uma nação, contra o imperialismo político, económico ou cultural de outros, segundo o modelo de Mahatma Gandhi ou de Osama Bin Laden. A tolerância supõe mesmo a existência de limites. E esse limite é primeira e consensualmente o da violência, mas há outros, protagonizados pelos valores reconhecidos como axiais para o desenvolvimento individual e social.

## Tolerância: virtude, não valor

Por isso, tolerância só pode ser compreendida como um meio termo entre o absolutismo e o indiferentismo, não se traduzindo, afinal, na inicial simplista aceitação da diferença, na ausência de quaisquer critérios e na abdicação de toda a posição e iniciativa próprias. A tolerância só o é verdadeiramente na confluência de três aspectos distintos fundamentais: desaprovação em relação a algo, capacidade de intervenção nessa realidade alterando-a e abstenção de o fazer em nome de valores tidos por preponderantes. Neste sentido, a tolerância não impõe a obrigatoriedade de aceitar a diferença protagonizada pelo outro, mas solicita tão-somente a disposição para reconhecer e respeitar essa diferença; ela também não coincide com uma atitude necessariamente passiva, impedindo tomadas de decisões firmes e convictas ou a iniciativa de uma qualquer intervenção, mas antes estimula o diálogo entre as diferentes pessoas para uma opção criteriosa sobre o curso de acção a tomar. A questão que agora se evidencia é a do próprio estatuto da tolerância no mundo de hoje.

Diremos então que a tolerância não pode vigorar nos nossos dias como um valor, exprimindo uma exigência ou obrigatoriedade, o que nos arrastaria para o designado «indiferentismo», mas apenas como uma virtude, exprimindo uma tendência ou disposição, que nos permite acolher a diferença sem abdicar dos nossos valores. Perspectivada como valor, a tolerância suprimiria todos os demais valores, como virtude ela é condição indispensável e necessária para a emergência e florescimento de outros e novos valores. Por isso afirmamos que o valor supremo da tolerância reside em ser, ela própria, condição para o progresso moral da humanidade, e é enquanto tal que se afirma como uma das maiores virtudes a cultivar no nosso tempo.

# Brotéria

**Cristianismo e Cultura**

1

**VOL. 155**

**Conteúdos culturais, valores e identidade**

**ROBERTO CARNEIRO**

**Tolerância: Entre absolutismo e indiferentismo**

**MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES**

**Mar-Poesia de Sophia de Mello Breyner**

**HELENA SANTOS C. LANGROUVA**

**Os colégios jesuítas no Brasil**

**BEATRIZ V. FRANZEN**

100 ANOS  
1902-2002

Julho 2002